



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS

**ACERVOS DOCUMENTAIS DE MOVIMENTOS SOCIAIS:
aspectos de memória e identidade cultural no Arquivo da
Comissão Pastoral da Terra - Belém**

Belém/PA
2021

GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS

ACERVOS DOCUMENTAIS DE MOVIMENTOS SOCIAIS:
aspectos de memória e identidade cultural no arquivo da
Comissão Pastoral da Terra - Belém

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à faculdade de arquivologia
para a obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia do curso de Arquivologia
ofertado pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dr^a Iane Maria da Silva Batista

Belém/PA
2021

GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS

**ACERVOS DOCUMENTAIS DE MOVIMENTOS SOCIAIS:
aspectos de memória e identidade cultural no arquivo da
Comissão Pastoral da Terra - Belém**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à faculdade de arquivologia para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia do curso de Arquivologia ofertado pela Universidade Federal do Pará.

Aprovado em: 23/06/2021

Banca Examinadora:

Prof.a. Dra. Iane Maria Batista
Orientadora - UFPA

Prof. Dra. Franciele Marques Redigolo
Examinadora Interna - UFPA

Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido
Examinador Interno - UFPA

Belém/PA
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

F475a Figueiredo dos Santos, Geovanna.
ACERVOS DOCUMENTAIS DE MOVIMENTOS
SOCIAIS : aspectos de memória e identidade cultural no
Arquivo da Comissão Pastoral da Terra - Belém / Geovanna
Figueiredo dos Santos. — 2021.
66 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^º. Dra. Iane Maria da Silva Batista
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Faculdade de Arquivologia, Belém, 2021.

1. Memória social. 2. Identidade. 3. Arquivo. 4.
Movimentos Sociais. 5. CPT. I. Título.

CDD 029

Dedico este trabalho a minha mãe, que tanto lutou para me proporcionar melhores oportunidades. Te amo, mãe. Sem você nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e todos os seres que me acompanham nessa jornada antes e depois da universidade.

Agradeço a minha mãe, Maria Rodrigues Figueiredo. Por todo suporte emocional e financeiro. Ser mãe solo com pai presente não é fácil, mas você é a melhor mãe que eu poderia ter. Sempre me apoiando, brigando quando necessário (ou não kkkk), sendo mãe, pai, amiga, parceira, conselheira e alicerce. Infelizmente palavras não são suficientes pra te agradecer, mas se estou aqui é por todo o esforço que você dedicou e dedica a mim. Essa vitória é sua.

Não poderia deixar de agradecer ao meu amor, Ruan. Com certeza o choro e a tristeza seriam muito mais difíceis sem você e a mamãe. Obrigada por todos os ensinamentos, pela paciência, pelas dicas e por não medir esforços ao me ajudar, principalmente na parte acadêmica. Nessas horas agradeço por namorar um Arquivista kkkk.

Agradeço às minhas tias, Elvira e Isaura, por todo acolhimento quando chegar ao Bengui era muito cansativo e eu ficava na casa delas. Obrigada pelo apoio, parte de mim se deve a vocês também.

Agradeço imensamente a minha madrinha Laura, que ao longo dos anos sempre me incentivou e ajudou na minha vida acadêmica. E a todos da minha família que de alguma forma fizeram parte dessa conquista.

Aos amigos que o estágio me deu. O Márcio, por todas as caronas que deixaram eu chegar a tempo nas aulas do ensino remoto e a Aline que sempre me ajudou e incentivou.

Aos amigos que fiz na faculdade, em especial ao grupo Indeléveis que como o nome sugere, é algo que não pode ser apagado ou destruído. Todos foram essenciais nas horas de desespero do fim de semestre, trabalhos acumulados, festas nos estacionamentos da universidade, nas fofocas (opa, disseminação da informação) e no off quando o desabafo era necessário. Da faculdade pra vida, espero ter ajudado vocês de alguma forma.

A minha orientadora, Profa. A Dra. Iane Maria da Silva Batista, por todos os textos sugeridos, áudios longos e ideias trocadas. Agradeço muitíssimo por me apresentar ao mundo dos movimentos sociais e seus arquivos. Mudou muito a minha perspectiva sobre os arquivos e atuação do arquivista.

Agradeço à Comissão Pastoral da Terra - Belém, por permitir o meu acesso ao seu acervo, em especial ao Padre Paulinho e a Lilian que tão bem me receberam, desde minha chegada como bolsista de iniciação científica no ano de 2018, e sempre foram muito solícitos tanto no acesso aos documentos como nas respostas às minhas indagações.

Sou grata aos Prof. Gilberto Gomes Cândido e à Prof. Franciele Marques Redigolo, por aceitarem participar da banca avaliadora deste trabalho e por suas importantes contribuições no exame de qualificação.

Aos meus professores, sempre dedicados ao ensino, obrigada pelas experiências compartilhadas. Vocês construíram grande parte da minha base arquivística.

Por fim, agradeço a Arquivologia que me abraçou quando eu nem sabia o que estava fazendo, mas me apaixonei incondicionalmente.

Gratidão a todos.

*“No teu fundo só os restos mortais
daqueles que partiram e não vejo mais
só cruzes e lajes tem como sinais
corpos decompostos sem
impressões digitais.”*

Expedito Ribeiro - Poeta da Roça.

RESUMO

Considerando a pouca visibilidade dos arquivos de movimentos sociais, o foco desta pesquisa foi a dimensão de informações presentes no arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Belém. O objetivo do trabalho foi levantar estudos teóricos sobre acervos de movimentos sociais; dimensões da memória e conceitos de identidade; apresentar e compreender os aspectos do acervo da Comissão Pastoral da Terra e, a partir da análise documental, identificar os aspectos de identidade cultural relacionada ao movimento camponês na Amazônia paraense, evidenciados por meio desse acervo.

A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica em bases de dados e pesquisa documental no arquivo da CPT. Como resultados, apresenta-se as relações entre memória, identidade, arquivos e representação, destaca-se algumas dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais do campo, sua representação por meio da documentação, a importância de perpetuar as memórias de suas lutas como meio de alcançar seus direitos, bem como a importância dos aspectos identitários no reconhecimento e difusão desses acervos. Concluiu-se, no que se refere ao contexto dos documentos produzidos pela CPT, que a identidade está relacionada à atribuição de significado, sentido e ressignificação das ações humanas registradas nos documentos.

Palavras-Chave: Memória social. Identidade. Arquivo. Movimentos sociais. CPT.

ABSTRACT

Considering the little visibility of social movements' archives, the focus of this research was the dimension of information present in the archive of the Pastoral Land Commission (CPT) - Belém. The objective of the work was to survey theoretical studies on social movement archives; dimensions of memory and concepts of identity; to present and understand the aspects of the archive of the Pastoral Land Commission and, based on document analysis, to identify the aspects of cultural identity related to the peasant movement in the Paraense Amazon, evidenced by means of this archive.

The methodology consisted of bibliographic research in databases and documentary research in the CPT archive. As results, we present the relations between memory, identity, archives and representation, highlight some difficulties faced by the social movements in the countryside, their representation through documentation, the importance of perpetuating the memories of their struggles as a means of achieving their rights, as well as the importance of the identity aspects in the recognition and diffusion of these collections. It was concluded, regarding the context of the documents produced by the CPT, that identity is related to the attribution of meaning, sense and re-signification of human actions registered in the documents.

Keywords: Social Memory. Identity. Archive. Social movements. PLC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDOC - Centro de Documentação

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NMSPP - Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Estátua de Borba-Gato	21
Figura 02 - Manifestantes seguram a bandeira Whipala	22
Figura 03 - Bandeiras da Bolívia	23
Figura 04 - Cruzes são colocadas perto do Congresso Nacional	25
Figura 05 - Manifestantes na frente do Instituto Médico Legal de Marabá	26
Figura 06 - Oscar Niemeyer ao lado do monumento que criou em homenagem aos sem terra do massacre de Eldorado dos Carajás	26
Figura 07 - Monumento das castanheiras mortas	27
Quadro 01 - Funções para construção de identidade	31
Figura 08 - Gráfico sobre o número de ocupações	39
Quadro 02 - Conflitos por água no Estado do Pará	40
Figura 09 - Disposição das pastas no arquivo da CPT-Belém	41
Quadro 03 - Dimensões da Comissão Pastoral da Terra	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. AS DIFERENTES DIMENSÕES DA MEMÓRIA	19
Figura 01 - Estátua de Borba-Gato recebeu crânios como forma de protesto	21
3. ASPECTOS CONCEITUAIS DE IDENTIDADE	29
4. ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: O Caso da Comissão Pastoral da Terra	34
4.1 Indispensabilidade dos arquivos	34
4.2 “Ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas”: Formação e trajetória da CPT	36
4.2.1 Por que documentar? O arquivo da Comissão Pastoral da Terra	37
5. “AOS NOSSOS MORTOS, NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO, MAS TODA UMA VIDA DE LUTA”: Aspectos metodológicos e analíticos.	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXO A - Conflitos no Estado do Pará 2020.	58

1. INTRODUÇÃO

Constantemente o ser humano procura formas de relembrar memórias individuais ou coletivas por meio de fotografias, livros, documentos, lugares e monumentos. Segundo Pierre Nora (1993, p.3), “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Por meio desses elementos é possível vivenciar sentimentos e sensações em um ato de reconhecimento.

Sendo assim, mediante o reconhecimento, o sujeito compreende hábitos e costumes que o relacionam a determinado grupo ou cultura que compartilha dos mesmos aspectos, isso se chama identidade. Não apenas costumes em comum, Jonathan Rutherford (1990, p. 19-20) entende que “a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação”. Completando, Le Goff (1994, p. 476) afirma que “a memória é um elemento essencial daquilo que passamos a chamar de identidade (...)”.

Dessa maneira, entende-se que a memória oferece subsídios para o reconhecimento de identidade do indivíduo. Todavia, nem sempre essa memória é estruturada num passado soberano, ou seja, aquele marcado por conquistas e euforia, mas sim por sofrimento, lutas e tragédias. Um exemplo dessa memória das tragédias¹ são os indígenas, sem terras, assentados, quilombolas e demais grupos sociais, marcados por processos de resistência, silenciados e invisibilizados. De acordo com Medeiros (2010, p. 28) a luta por terras no Brasil foi relacionada pela memória social como “barbárie, ao fanatismo religioso, à ignorância. Seus personagens tornaram-se, ao longo do tempo, objeto de um olhar que ia entre o compadecido e o da folclorização”.

Com o passar do tempo, diversas organizações surgiram com o intuito de organizar e registrar essa memória dos movimentos sociais² do campo, visando contar essas histórias e desmistificar sob a memória nacional um passado que sai do folclore

¹ Termo utilizado por Candau em CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

² Para Maria Glória Gohn (2011, p.336) são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”

para a resistência. Uma organização que traz à luz essas lutas sociais é a Comissão Pastoral da Terra, que teve como primeiro objetivo auxiliar na causa de trabalhadores rurais, posseiros e peões. Principalmente na Amazônia, vulneráveis a situações análogas à escravidão e ameaçados constantemente de expulsão de suas terras.

Assim, com o decorrer dos anos, a CPT expandiu sua área de atuação para todo o Brasil e identificou a diversidade de povos do campo, por exemplo: indígenas; quilombolas; posseiros; extrativistas; seringueiros; faxinalenses; camponeses de fundo e fecho de pasto, dentre outros. A CPT tem como missão: "(...) ser uma presença solidária, profética, ecumênica, e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo" (CPT, 2010).

Com isto, é válido ressaltar a importância da palavra "protagonismo", pois esses povos sempre foram marginalizados e pouco se sabe sobre suas lutas e sua trajetória até aqui. A comissão atua com intuito de fortalecer cada vez mais essa participação das comunidades em suas lutas, tratando também do empoderamento feminino e da juventude camponesa com diversos projetos.

Diante dessa abordagem, o presente projeto discutiu quais aspectos do acervo contribuem para o reconhecimento da identidade cultural frente a invisibilidade dos acervos de movimentos sociais. Portanto, pretende-se reunir dados com o propósito de responder ao seguinte problema: De que maneira o acervo documental da Comissão Pastoral da Terra contribui para o reconhecimento da identidade cultural?

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar quais aspectos do acervo da Comissão Pastoral da Terra contribuem para o reconhecimento da identidade cultural tendo como benefício a difusão do arquivo entre os participantes das narrativas e sociedade geral. E como objetivos específicos:

- A. Levantar estudos teóricos sobre acervos de movimentos sociais; dimensões da memória e conceitos de identidade.

- B. Apresentar e compreender os aspectos do acervo da Comissão Pastoral da Terra que contribuem para a democratização dos arquivos por meio da identidade cultural.
- C. E, a partir da análise documental, identificar os aspectos de identidade cultural relacionada ao movimento camponês na Amazônia paraense, evidenciados por meio do acervo.

Esta pesquisa se justifica devido à importância histórica e social do acervo da Comissão Pastoral da Terra, acessado por intermédio do vínculo de um ano na Comissão Pastoral da Terra - Belém, mediante o projeto de pesquisa de Iniciação Científica intitulado: Memórias das lutas camponesas na Amazônia Paraense: O acervo documental da Comissão Pastoral da Terra (1975-2018).

Atualmente, o interesse dos pesquisadores da área arquivística com relação a arquivos pessoais e arquivos de movimentos sociais está crescendo. É importante documentar as lutas de movimentos sociais e mais ainda discutir sobre esses acervos para ampliar as áreas de interesse da Arquivologia e arquivistas.

Logo, o interesse da autora foi despertado para as memórias retratadas na CPT-Belém por meio de recortes de jornais, cartas, depoimentos e demais espécies documentais. Isto posto, se faz necessária a identificação dos aspectos que tornam o acervo um meio de reconhecimento de identidade, visando sua democratização. A partir disso, conscientizar sobre a relevância desse acervo para aqueles representados e não representados pela documentação presente no arquivo.

Na perspectiva metodológica, a presente pesquisa é um estudo de caso do tipo exploratório e descritivo, no qual se fez um levantamento bibliográfico e pesquisa documental com a intenção de abordar sobre os acervos de movimentos sociais e seu papel no reconhecimento de identidade cultural tendo em vista a difusão desses arquivos, principalmente no arquivo da Comissão Pastoral da Terra em Belém.

A pesquisa é de tipo exploratória, no qual busca proporcionar o esclarecimento de ideias e conceitos relacionados aos temas escolhidos, favorecendo um conhecimento mais amplo acerca dos assuntos. Dessa forma, buscou-se aprofundar as

temáticas de memória, identidade, acervos de movimentos sociais e difusão por meio da pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002, p. 61), o “levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo na qual está interessado”.

Ainda de acordo com Gil (2008, p. 27) ao finalizar a pesquisa exploratória, “o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados”.

Para a pesquisa de levantamento bibliográfico foram utilizados os seguintes descritores: Memória, memória social, identidade, identidade cultural, acervos de movimentos sociais e movimentos sociais. Nas bases BRAPCI, Scielo e Google Acadêmico.

Quanto à pesquisa do tipo descritiva, são pesquisas que apresentam como finalidade, a descrição de atributos de populações ou fenômenos (GIL, 2008, p. 28). A partir disso, foram relatadas informações obtidas por meio de visitas ao arquivo da CPT-Belém, caracterizando um estudo de caso. Yin (2005, p.32) explica que “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Goode e Hatt (1979) complementam que o estudo de caso é uma maneira de organizar os dados e manter sua característica única. Relacionado ao estudo de caso, aplicou-se também um estudo qualitativo.

Segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 57), “os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde estes ocorrem e do qual fazem parte”. Similarmente, Minayo aborda de forma ampla que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Diante do exposto, realizou-se a pesquisa documental nos documentos da CPT-Belém, de modo a identificar as tipologias presentes no acervo, conhecer a formação documental e analisar as informações ali registradas. Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 58), discorrem sobre a pesquisa documental nos seguintes termos:

Assim, pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.

Para a análise documental deste trabalho, os documentos selecionados foram uma nota pública e um ofício, ambos pertencentes à tipologia documental de atos de correspondência, e recortes de um jornal de circulação regional, O Liberal. A pasta foi escolhida partindo do pressuposto de que esse casal é pouco conhecido e sua visibilidade foi menor, se comparado ao caso de Dorothy Stang. Dessa forma, buscou-se dar mais reconhecimento para esse caso e mostrar a atuação da CPT e demais entidades na produção documental referente aos assassinatos no campo. Isto posto, os documentos assumem um propósito e finalidade de comunicar, informar e contextualizar a formação, eventos, histórias e memórias da instituição e dos sujeitos retratados por meio da documentação.

Ao relacionar pesquisa bibliográfica e documental realizou-se uma pesquisa de campo para melhor conhecer o acervo e compreender suas especificidades. Segundo Gonsalves (2001, p.67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Deste modo, a pesquisa de campo é essencial para que o pesquisador possa conhecer o arquivo e sua formação.

Além desta introdução o trabalho está organizado em 5 capítulos teóricos, sendo estes: 2) As diferentes dimensões da memória; 3) Aspectos conceituais de identidade;

4) Acervos de movimentos sociais: o caso da Comissão Pastoral da Terra; 5) “Aos nossos mortos, nenhum minuto de silêncio, mas toda uma vida de luta!”: Aspectos metodológicos e analíticos; e 6) Considerações finais.

2. AS DIFERENTES DIMENSÕES DA MEMÓRIA

A recuperação e preservação das memórias das lutas do campo é fruto de um processo histórico, permeado pela sobreposição das memórias oficiais às memórias subterrâneas. Atrelado a isso, tem-se o pensamento de que esses povos em nada influenciam nossa sociedade.

Todavia, essa memória é essencial na construção de um futuro com menos violências e segregação, pois a brutalidade do passado continua sendo cometida contra indígenas, quilombolas, assentados e demais grupos que a sociedade nem sequer reconhece suas denominações, mas marginaliza.

Comumente podemos observar monumentos, homenagens e narrativas alusivos a determinados pontos de vista sobre acontecimentos históricos. São os chamados lugares de memória, definidos por Pierre Nora (1993, p. 13) como:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. (...) São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Entende-se que os lugares de memória são refúgios de uma sociedade de esquecimentos, com a necessidade de “criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações” que não são operações naturais. Então, a sociedade ergue monumentos, cria feriados e formas de lembrar. Embora tais espaços de lembrança sejam consolidados como lugares de memória, nem sempre refletem uma memória representativa de toda uma sociedade, ou seja, uma memória coletiva. Von Simson (2005, p. 1), explica que memória coletiva é:

Aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de lugares da memória que são monumentos,

hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade.

Seu oposto são as memórias subterrâneas, elucida Von Simson (2005, p. 1) :

Como contrapartida, ou outro lado da moeda, existem as memórias subterrâneas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Estas memórias geralmente não estão monumentalizadas e nem gravadas em suporte concreto como textos, obras de arte e só se expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores que se utilizam do método biográfico ou da história oral criam as condições para que elas emerjam.

Isto posto, podemos ver um exemplo com a estátua de Borba-gato (figura 01), localizada na cidade de Santo Amaro, no estado de São Paulo, é uma homenagem. Todavia, Manoel Borba-gato foi um dos líderes bandeirantes responsável por atos cruéis e escravização de negros e indígenas.

De acordo com o acervo do jornal Estadão (2012), para além de expandir os limites do Tratado de Tordesilhas, as bandeiras serviram para escravizar a população indígena e explorar seu comércio. Os bandeirantes foram responsáveis pelo extermínio de centenas de milhares de índios nesse processo. Portanto, exclui-se a memória de sofrimento e tragédia para dar lugar a uma memória de glórias, ligada à expansão de territórios.

Figura 01 - Estátua de Borba-Gato recebeu crânios como forma de protesto



Fonte: G1 São Paulo (2020).

Na intenção de trazer essas memórias subterrâneas à luz, é necessário recorrer às memórias coletivas desses povos. Conforme Halbwachs (2006, p.31) disserta sobre a memória coletiva, mesmo sendo seres individuais precisamos de outros para contribuir com nossas memórias:

Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adotando seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas.

Em perspectiva complementar, Pierre Nora (1993, p. 9) expõe que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Diante dessa abordagem, podemos pensar também no exemplo da bandeira Wiphala como símbolo de representação indígena na Bolívia. A Wiphala (Figura 02) é formada por 49 quadrados nas cores: amarelo, laranja, vermelho, violeta, azul, verde e branco.

Conforme Macedo e Medeiros (2020, p.9) explicam, a bandeira “é um símbolo aimará, mas é utilizado por movimentos de outras etnias. Sua origem é atribuída ao Tiwanaku (império altiplânico anterior ao Inca), embora não haja provas arqueológicas desse resgate”.

Figura 02 - Manifestantes seguram a bandeira wiphala



Fonte: Site G1 (2019).

Em 2009, o presidente Evo Morales, de origem indígena, da etnia uru-aimará, incluiu na constituição a bandeira como um dos símbolos oficiais da Bolívia ao lado da bandeira do país (Figura 03). Com a inclusão dessa bandeira, 36 nacionalidades foram reconhecidas e o país passou a ser chamado Estado Plurinacional da Bolívia. Anterior a isso, essas etnias eram subalternizadas e não reconhecidas como povos originários. Silva Júnior (2014, p.179) aborda sobre esse reconhecimento:

O reconhecimento de uma diversidade real de nações institucionaliza a presença indígena e fratura, em parte, as relações coloniais de dominação historicamente estabelecidas. A descentralização debatida através da

plurinacionalidade implicava em uma estrutura estatal mais atenta ao funcionamento das estruturas comunitárias, à governança própria, às autoridades locais dentre outras ações inerentes à dinâmica das comunidades.

Figura 03 - Bandeiras da Bolívia



Fonte: Site Rodas nos Pés (2018).

Com o golpe de estado contra Evo Morales em 2019, radicais bolivianos contrários ao seu governo, queimaram a bandeira Wiphala representando o retorno de um poder voltado para a elite. Conforme clarifica a antropóloga Francisca Fernandes para a Revista Fórum (2019, Seção global), “a ação de queimar a Wiphala tem a ver com uma intenção de restabelecer a invisibilização dos povos indígenas, e devolver todo o poder à mesma elite que domina o país desde a época colonialista”.

Como exposto acima, a memória está sujeita a “usos e manipulações” por meio de narrativas incompletas. No momento atual, cada vez mais os sujeitos buscam entender suas origens na tentativa de identificação consigo mesmo e com grupos sociais. Todavia, essas tentativas de identificação são dificultadas por impasses relacionados ao uso da informação de forma a beneficiar somente uma perspectiva da história.

Frequentemente, os veículos de imprensa expõem os movimentos sociais utilizando de termos pejorativos para definir ações de protestos, passeatas, marchas e demais mobilizações. Bortolozzi Junior (2008, p. 73) explica essa ação da mídia na construção da imagem dos movimentos sociais, podendo associá-los a criminosos ou sujeitos buscando seus direitos:

Este processo é plenamente identificável no caso dos conflitos agrários no Brasil. Comumente a grande mídia relaciona a imagem do MST à desordem, utilizando-se de diversos métodos de mensagens subliminares, claramente atribuindo aos seus integrantes estereótipos de “subversivos”, de ‘invasores’, transformando este determinado grupo social em um grupo ameaçador à ordem social.

Ao transmitir uma imagem negativa dos grupos de movimentos sociais, as lutas são deslegitimadas e desvalorizadas. Dessa forma essas narrativas continuam sendo transmitidas com preconceitos, injustiças, silenciamentos e segregação.

Ao revermos o processo de formação do Brasil, é possível identificar a escravização de negros, indígenas e imigrantes, racismo, violências de gênero, desmatamento e diversas formas de violência que constituíram uma cultura permeada de preconceitos e invisibilização de indivíduos que fazem parte do país, mas que tiveram suas narrativas silenciadas.

Quanto a essas memórias de violência, Joel Candau (2016, p.151) expõe que a identidade de um povo pode ser fundada em lembranças de prestígio, mas “se enraíza na memória do sofrimento compartilhado”. Com isso, Candau relata ainda que o conceito de “memória das tragédias” é:

Uma interpretação, uma leitura da história das tragédias. É também uma memória forte. Memória dos sofrimentos e memória dolorosa, memória do infortúnio que é sempre “a ocasião para se colocarem as verdadeiras perguntas”, essa memória deixa traços compartilhados por muito tempo por aqueles que sofreram ou cujos parentes e amigos tenham sofrido, modificando profundamente suas personalidades.

Correspondente a essa memória das tragédias, podemos citar o caso do massacre de Eldorado dos Carajás. Uma memória dolorosa, marcada por extrema brutalidade. Ocorrido no dia 17 de abril de 1996, o massacre de Eldorado dos Carajás

marcou fortemente a memória dos participantes do Movimento dos Sem Terra (MST). O que seria uma marcha de Curionópolis a Belém tornou-se uma das maiores violências registradas contra os movimentos sociais.

Os trabalhadores rurais tinham como objetivo estabelecer um acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a desapropriação da fazenda Macaxeira que não estava sendo usada para fins produtivos. Quando os manifestantes chegaram à “Curva do S” encontraram 150 soldados da polícia militar que impediram a continuidade da marcha com violência e sangue, resultando em 21 trabalhadores assassinados na busca por seus direitos à terra, à vida e à dignidade. Várias manifestações foram realizadas, como podemos ver na (figura 04 e 05), na tentativa de obter justiça para aqueles que tiveram suas vidas ceifadas.

Figura 04: Cruzes são colocadas perto do Congresso Nacional para representar os mortos pelo massacre.



Fonte: Acervo do jornal O Globo

Figura 05: Manifestantes se reúnem na frente do Instituto Médico Legal de Marabá



Fonte: Acervo do jornal O Globo

Além das manifestações, monumentos foram erguidos na intenção de permitir às novas gerações uma chance de lembrar tragédias que não viveram para que de certa forma o evento passe a fazer parte da vida delas. Ademais, lembrar a continuidade da luta e da resistência para aqueles que presenciaram as tragédias.

O monumento "Eldorado Memória" foi projetado por Oscar Niemeyer e doado por ele ao MST (Figura 06) e representa um arado de terra segurado por uma mão, dividido por um par de olhos.

Figura 06: Oscar Niemeyer ao lado do monumento que criou em homenagem aos sem terra do massacre de Eldorado dos Carajás.



Fonte: Acervo do jornal O Globo

O monumento “Eldorado Memória” foi inaugurado em 7 de setembro de 1996, no encontro das rodovias BR-203 e BR-155, conhecido como “Rotatória do KM 06”. No entanto, 15 dias depois o monumento foi destruído por latifundiários da região e as autoridades não se dispuseram a reerguer a obra de Oscar Niemeyer.

Deste modo, em 1999 lideranças do Movimento Sem Terra se reuniram para erguer outro monumento em homenagem aos trabalhadores assassinados, dessa vez localizado na “Curva do S”, local do massacre. O monumento se chama “Castanheiras mortas” ou “Castanheiras de Eldorado dos Carajás” (Figura 07). Foram dispostas 19 castanheiras para representar cada vítima do massacre.

Figura 07: Monumento das castanheiras mortas, situado na curva do S.



Fonte: Site Brasil de Fato (2020)

Nesse sentido, tendo em vista a dificuldade dos povos da terra para fortalecer suas memórias é necessário mais do que os seus grupos carregam, mas também a união e conhecimento da sociedade como um todo para que essa memória seja consolidada e esses povos tenham suas identidades reconhecidas e fortalecidas. Para que esses povos tenham seus direitos garantidos seja na luta pela terra ou ao erguer seus monumentos. Helenice Silva (2002, p.436), salienta que a ação de celebrar ou rememorar corresponde ao ato de inculcar nos acontecimentos presentes as memórias do passado. Preservar essas memórias é imprescindível para a sensação de reconhecimento, pertencimento e identidade. Garantindo também democracia, justiça social e igualdade.

3. ASPECTOS CONCEITUAIS DE IDENTIDADE

Como visto anteriormente, o conceito de identidade remete a características que identificam alguém, é como a pessoa entende sua posição na sociedade. Todavia, atualmente entende-se que o termo identidade é instável, mas possui vários significados e interpretações, além de vertentes diferentes. Castells (1996, p.26), define identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”.

Diante dos significados de identidade, pode-se deparar também com o significado das fontes que podem ser fotos, arquivos, monumentos, memoriais, bandeiras e hinos. Ribeiro (2010, p. 4) clarifica:

O significado das coisas está contido, não necessariamente em suas formas, mas nos modos como nos relacionamos com elas e, sobretudo, nas diversas posições sociais que ocupam em nossas trajetórias e vidas.

Nessa perspectiva, para os movimentos sociais podem ser atribuídos diversos significados para os elementos que o representam em diferentes narrativas e temporalidades. Isto posto, cabe a discussão de outras formas de identidade, para que seja possível compreender seus significados e interpretações.

Castells (2008, p.24) destaca três formas de identidade:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

Identidade de resistência: criado por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação.

Identidade de projeto: quando os atores, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade.

A identidade de resistência é aquela vivenciada nas experiências coletivas de movimentos sociais, as quais geralmente são compreendidas pela sociedade em geral, em uma perspectiva de negação, relacionadas a acontecimentos ruins. Desta forma, a

sociedade tende a rememorar somente os fatos bons e alegres. Entretanto, os grupos de movimentos sociais demonstram essa resistência por meio dos arquivos, na CPT pode-se identificar diversas pastas com as palavras "massacre" e "violência" para expor o que realmente acontece e usar essas memórias das tragédias para lutar contra a ausência de direitos, voz e justiça.

Dentro dessa perspectiva, podemos analisar outras formas de identidade como a nacional e a cultural.

Compreende-se que identidade nacional é a sensação de pertencimento a um país/nação, características na qual seu povo se reconhece, como esse país é reconhecido. Por exemplo, popularizou-se a visão (nacional e internacional) de que o Brasil é um lugar de pessoas hospitaleiras, calorosas e alegres. Esses são alguns aspectos destacados no senso comum em relação à identidade nacional brasileira, mas certamente essas não são características representativas de toda uma sociedade. Sendo assim, o indivíduo pode determinar quais atributos considerar na construção de sua identidade. Por isso, a identidade social é "a representação que um indivíduo dá a si mesmo por pertencer a um grupo" (Tajfel e Turner, 1986).

Quanto ao conceito de identidade cultural, Stuart Hall (2005, p. 112) apresenta que:

Utilizo o termo 'identidade' para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos 'interpelar', nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividade, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode 'falar' (...) Elas [as identidades] têm a ver [...] com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões 'quem nós somos' ou 'de onde nós viemos', mas muito mais com as questões 'quem nós podemos nos tornar', 'como nós temos sido representados' e 'como essa representação afeta a forma de como nós podemos representar a nós próprios'.

Portanto, a identidade atua como fator de reconhecimento do cidadão com seu eu, de onde veio, quem é, para assim pensarmos como estamos sendo representados na sociedade. Diante do exposto, como os grupos referentes aos movimentos sociais têm sido representados? Uma das maneiras de representação de uma sociedade são

os arquivos, que podem conter memórias oficiais e também memórias coletivas, antes subterrâneas. Em seu artigo intitulado “Redefining Archives in South Africa: Public Archives and Society in Transition, 1990-1996”, Verne Harris (1996) relata o processo de redemocratização na África do Sul pós *apartheid*, discutindo como democratizar os arquivos, como facilitar o acesso da população para que todos possam conhecer como os arquivos foram moldados por esse sistema, na tentativa de construir uma identidade nacional, após um legado traumático.

Harris (1996, p.1) disserta sobre a memória social e o *apartheid*:

Sobre o apartheid, esse terreno, junto com todo o espaço social, era um local de luta, não apenas de narrativa contra narrativa, mas também, no sentido mais grosseiro, de lembrança contra esquecimento. Ao impor a ideologia do apartheid, o estado procurou destruir toda a memória de oposição por meio de censura, confisco, proibição, encarceramento, assassinato e uma série de outras ferramentas opressivas.

Esse período pode ser comparado à ditadura militar no Brasil (1964-1985), onde muitas informações foram negligenciadas com os movimentos de repressão e a destruição de documentos que registravam as atrocidades cometidas por militares. Hodiernamente podemos acompanhar novos registros de um tempo em que as memórias eram sufocadas na busca de uma memória oficial que privilegiava as camadas sociais dominantes.

Por estar em constante mudança, a identidade pode contestar o pressuposto de uma identidade fixa, o que demandaria o surgimento de uma identidade verdadeira e legítima. Woodward (2000, p. 13-15), propõe um sistema de classificação acerca da construção da identidade embasado em 10 funções, mas utilizaremos apenas 5 (Quadro 01) que são mais pertinentes ao nosso tema:

Quadro 01 - Funções para construção da identidade, segundo Woodward.

Funções para construção da identidade
Para entender como a identidade funciona, precisamos conceitualizá-la e dividi-la em suas diferentes dimensões [...]
Com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável.

Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza. Mais frequentemente, entretanto, essas reivindicações estão baseadas em alguma versão essencialista da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável.

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades.

A identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. [...]

Fonte: Adaptado de Woodward (2000, p. 12-13)

Ao reivindicar sua memória, verdade e identidade, o sujeito pode ter uma “crise de identidade”³, uma perda de estabilidade quanto ao seu lugar na sociedade, marcado por tentativas de sobrepor seus direitos ao da maioria que detém o poder. Mercer (1990, p. 43) identifica que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Mesmo com a instabilidade das identidades culturais, traços de identificação são necessários para perpetuar uma cultura, mudanças ocorrem durante a trajetória, mas para os movimentos sociais é necessário para manutenção de suas narrativas.

Apoiado nessas questões, podemos compreender que a identidade de grupos socialmente excluídos é marcada por longos processos de reivindicação de uma memória que ainda permanece escondida. O reconhecimento de identidade atrelado à memória, permite ao indivíduo uma colocação ativa, mais resistente, capaz de lutar e discordar perante a sociedade, buscando deixar sua condição de sujeitos ocultos.

Destarte, pode-se compreender que a consciência de uma identidade nos proporciona conhecimento sobre nossas vivências e as vivências dos que vieram antes de nós, formando assim o nosso conceito de identidade. No caso dos povos da terra, é de extrema importância perpetuar suas memórias para o reconhecimento da identidade até hoje formada por lutas, segregação e injustiças. Dessa maneira, a manutenção da memória e garantia de identidade são essenciais para trazer à luz as vivências de toda

³ Termo utilizado por Stuart Hall (2005), que apresenta crise de identidade como “parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.

uma sociedade e suas diversidades. Tornando o acesso à informação democrático e justo, mediante os arquivos que discorrem sobre as narrativas passadas e atuais desses grupos.

4. ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: O Caso da Comissão Pastoral da Terra

Neste capítulo abordamos as especificidades dos arquivos de movimentos sociais a partir da experiência do arquivo da Comissão Pastoral da Terra, destacando a relevância social de sua documentação.

4.1 Indispensabilidade dos arquivos

Entende-se que para a construção e persistência de uma memória e identidade é necessário que as mesmas sejam preservadas e compartilhadas com a sociedade, para que a informação possa se expandir e torná-las memórias vivas. Uma das formas de preservação de memória e identidade são os arquivos. De acordo com Cook e Schwartz (2004, p.15) os arquivos são “ – como registros – exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva, e da identidade nacional, sobre como nós nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedades”.

Cook e Schwartz (2004) explicam a importância dos arquivos e sua preservação, não só de arquivos institucionais, mas também de qualquer arquivo que possa contribuir com a história de uma sociedade. Os movimentos sociais são grupos que protegem e lutam por causa sociais e políticas, geralmente são acontecimentos históricos que originam lutas sociais com documentações importantes para a história nacional e para que esses grupos se reconheçam.

Alonso (2009, p. 67) elucida a constituição dos movimentos sociais e como se organizam:

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, gerando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam a ação direta, pacífica, baseada numa organização fluida, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo.

Entretanto, as demandas não seriam de cunho apenas cultural, mas social, político e econômico. Dessa forma, os arquivos atuam no reconhecimento de identidade, a provar, lembrar, compreender e identificar. Verbos importantes para uma

sociedade, mas principalmente para uma sociedade marginalizada que pode usar os arquivos para sustentar seu passado, alimentar seu presente e contar para as gerações futuras sobre sua história. Delmas (2010, p.21) explica a necessidade de arquivos:

Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social.

Pierre Nora (1993, p. 14) também justifica a existência de arquivos, pois quanto “menos a memória é vivida no interior, mas ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas”. Quantas narrativas seriam perdidas sem a preservação e manutenção destes arquivos? É necessário conhecer as injustiças, as tragédias vividas por tantas famílias sem moradia e trabalho, os que foram feridos e mortos por conta da violência.

Os arquivos de movimentos sociais são essenciais na construção crítica da sociedade quanto aos acontecimentos desses povos. Por meio desses arquivos podemos conhecer essa realidade e colaborar na democratização dessas informações. Gohn (1997, p.20) evidencia:

Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre.

Uma das maneiras de conhecer a realidade dos movimentos sociais é por meio dos arquivos, tanto como instituição como documentos. Alguns dos acervos de movimentos sociais no Brasil são: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP), Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, Arquivo Edgar Leuenroth e outros, mas o foco desta pesquisa é o arquivo da Comissão Pastoral da Terra, em especial o acervo da regional Belém. Essa instituição, sua trajetória, modos de atuação e as características de seu acervo serão abordados a seguir.

4.2 “Ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas”: Formação e trajetória da CPT

A Comissão Pastoral da Terra foi fundada em junho de 1975, no âmbito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), surgindo como “resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam” (CPT, 2010).

Inicialmente criada devido ao processo de colonização da Amazônia, os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Mas sua atuação se expandiu para todo o Brasil e para os trabalhadores da terra que passavam por graves situações, como: situações análogas à escravidão; expulsão de suas terras; eliminação de nascentes; atuação de mineradoras e hidronegócio⁴.

Em seus estudos e ramificações de sua atuação pelo país, a CPT identificou a grande diversidade de povos, culturas e tradições. No site da Comissão (2010) eles identificam cada grupo, como descrito abaixo:

Cada grupo camponês tem características próprias, identidades diferentes. Com isso começou a dar mais atenção a essa diversidade e a buscar um tratamento diferenciado a cada uma delas – indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas, seringueiros, faxinalenses, geraizeiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, assentados, ribeirinhos, acampados, sem terra, atingidos pela mineração, atingidos pelos grandes projetos, camponeses tradicionais, atingidos por barragens, migrantes, pequenos agricultores, juventude camponesa, coletivos de mulheres - e muitas outras mais. Muitos destes grupos e comunidades são qualificados como comunidades tradicionais. Uma das características que os distingue é o uso comum da terra onde vivem e trabalham.

Por se tratar de diversos grupos, cada qual com suas especificidades, a Comissão Pastoral da Terra atua diferentemente em cada localidade, dando atenção às

⁴ De acordo com Malvezzi (2012, p. 398): Hidronegócio é, literalmente, o negócio da água, e tem óbvia inspiração na expressão agronegócio. O termo surgiu da necessidade de se criar uma expressão que abrigasse sob a sua sombra todos os tipos de negócios que hoje surgem a partir da água. O negócio da água é múltiplo, assim como os seus usos e valores. Hoje, é negócio quando engarrafada, no serviço de saneamento ambiental, no seu intenso uso na irrigação, na pecuária, na indústria (...)

dificuldades e lutas de cada região e comunidade. Tendo em vista expandir sua atuação para fortalecer ainda mais a participação das comunidades em suas lutas, tratando também do empoderamento feminino e da juventude camponesa com diversos projetos. Peloso e Siqueira (2002, p.33) explicam que a metodologia da CPT visa ajudar “facilitando-lhes a organização autônoma e o protagonismo, na incessante busca de condições dignas de vida e de um sentido libertário para a vida pessoal e coletiva”.

4.2.1 Por que documentar? O arquivo da Comissão Pastoral da Terra

Diante das políticas governamentais voltadas a uma suposta “ocupação” da Amazônia - já ocupada secularmente por indígenas, assentados, quilombolas, extrativistas e outros antes dos processos oficiais de colonização - a Comissão Pastoral da Terra entendeu que esses povos, explorados, marginalizados e excluídos em suas vivências, necessitavam de apoio, no sentido de identificar e pleitear suas demandas e denunciar as violências a eles impostas. Surge então a necessidade de registrar e estudar sobre esses sujeitos no sentido de dar visibilidade a essas vozes.

Tais registros produziram um grande volume de documentação composta por dossiês, fitas vhs, cd (*compact disc*), fotografias, jornais, revistas e publicações institucionais. Nesse cenário, em 1985 a CPT criou um setor de documentação para colher, analisar e sistematizar informações sobre a situação no campo. A partir de 2013, o setor de documentação passou a se chamar Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, como homenagem a um de seus fundadores. Como se trata de grupos sociais diversos, cada documento possui um contexto de produção relacionado aos problemas enfrentados por cada comunidade. E para cada grupo os documentos possuem um significado de representação, resistência e conhecimento.

Para mapear e auxiliar nos conflitos existentes no estado do Pará, existem equipes regionais da CPT localizadas em diversos municípios como: Altamira, Itaituba, Guajarina, Marabá, Óbidos, São Félix do Xingu, Tucumã, Tucuruí, Xingua e a regional de Belém. A regional de Belém, objeto de estudo da pesquisa, iniciou seus trabalhos em 1980 de forma precária e através de doações e projetos para melhorar a estrutura do local.

O acervo da CPT Belém fica localizado na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na travessa Barão do Triunfo, 3151. Formado essencialmente por recortes de jornais dos mais variados assuntos, no mais podem ser encontradas raras fotografias de encontros com personalidades importantes na luta e participações em julgamentos, processos judiciais, correspondências, denúncias, poesias, exemplares do “Jornal Pessoal” editado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto e outros.

Ademais, a CPT promove e participa de diversos eventos pela luta da terra. São marchas, protestos, manifestações e romarias, dentre elas evidencia-se a Romaria da Floresta. Com início em 2006, no município de Anapu-PA, a Romaria da Floresta surgiu após o assassinato da missionária Dorothy Stang para rememorar suas lutas, sua vida e revigorar o sentimento de defesa da floresta e justiça social. Com o decorrer dos anos, a romaria se expandiu para lembrar todos aqueles que lutaram e foram assassinados, são manifestações de caráter político e religioso, uma maneira simbólica e memorial de resistência dos povos da terra.

Ferreira (2019, p. 195) elucida que:

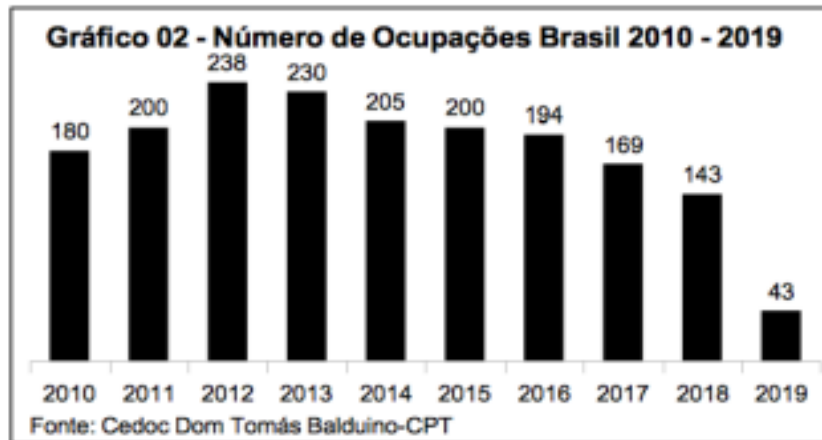
O resgate da memória da Missionária e da resistência camponesa na Amazônia é constante no itinerário da Romaria da Floresta, seja através de depoimentos realizados nas paradas em lugares simbólicos ou com exibição de documentários e encenações teatrais.

Em 2012, a Romaria da Floresta foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará, por meio da Lei 7.661, de 26 de setembro de 2012, Art. 1º. Atualmente a romaria segue da sede do município de Anapu à sede do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, culminando no memorial aos mártires da terra e da floresta. Essa iniciativa colabora na manutenção da memória e da identidade desses povos, além de produzir documentações importantes para reforçar a dimensão cultural e política das manifestações que ano a ano retratam a real situação dos envolvidos.

Outra ação da Comissão Pastoral da Terra é a publicação anual dos dados obtidos em relação aos conflitos dos movimentos sociais, como podemos observar abaixo na (Figura 08), o número de ocupações ou retomadas de terra reduziu

drasticamente por causa do descrédito no governo, carência de políticas públicas e medo de repressão (Caderno de conflitos, 2019).

Figura 08 - Gráfico sobre o número de ocupações.



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT apud Caderno de conflitos 2019.

As pautas das lutas não envolvem só as questões da terra, mas também da água. A construção de Usinas hidrelétricas retira terras indígenas para projetos de geração de energia. Além disso, torna-se uma ameaça para a cultura e identidade dos povos que ali habitam, pois direciona os estudos somente para o potencial energético dos rios e se exclui a dimensão social. Batista e Mourão (2019, p.130) dissertam quanto a essa sobreposição dos interesses políticos em detrimento do social:

As análises econômicas que orientaram a construção de hidrelétricas na Amazônia, de modo geral, não levaram em consideração os seus efeitos sociais e ambientais. Isso se deve, em parte, ao fato de terem sido decididas em contextos autoritários, a exemplo da usina de Tucuruí, alcunhada pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto de “barragem da ditadura”. É evidente que em conjunturas políticas não democráticas, os interesses políticos e financeiros envolvendo a execução de obras da dimensão das hidrelétricas tendem a ignorar ou subestimar os seus impactos e/ou superdimensionar os seus benefícios.

A seguir podemos observar (Quadro 02) alguns motivos relacionados aos conflitos por água no Pará, municípios do ocorrido, os grupos afetados e as consequências dessas ações. O restante do quadro de conflitos por água no Pará encontra-se no anexo 01.

Quadro 02 - Conflitos por água no Estado do Pará.

Pará									
UF	Municípios	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito	Categoria Causou Ação	Tipo Violência	Categoria Sofreu Ação
PA	Abaetetuba	Comunidades do Curuperé-Grande	28/04/2019	400	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	Empresário Internacional	Danos	Ribeirinhos
PA	Altamira	T. I. Xipáia Kuruáia/UHE Belo Monte/PAC	26/02/2019	43	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	Hidrelétrica	Danos	Indígenas
PA	Altamira	T.I. Kararaô	26/03/2019	15	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	Hidrelétrica	Danos	Indígenas
PA	Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/Mineradora Belo Sun/PAC	13/03/2019	20	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	Hidrelétrica	Danos	Ribeirinhos
PA	Anapu	Com. Nova Conquista/Rio das Pedras/UHE Belo Monte/PAC	26/02/2019		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água	Hidrelétrica	Danos	Ribeirinhos
PA	Anapu/ Senador José Porfírio/ Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	26/02/2019		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água	Hidrelétrica	Danos	Indígenas
PA	Anapu/ Senador José Porfírio/ Vitória do Xingu	Com. Ilha da Bela Vista/T.I. Paquiçamba/UHE Belo Monte/PAC	26/02/2019		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água	Hidrelétrica	Danos	Ribeirinhos

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT.

Diante disso, pode-se observar que a luta continua e esses grupos precisam de mais apoio. Ao documentar esse processo a CPT visa salvaguardar essa memória de lutas para que esses povos sejam reconhecidos e conhecidos, tornando as memórias subterrâneas em memórias oficiais, ajudando nas conquistas e reivindicações, para que esses grupos exerçam seus direitos de maneira plena e consciente.

Logo, por meio da preservação e manutenção desses arquivos, depreende-se que a Pastoral visa ajudar os povos da terra a alcançar maior e melhor qualidade de vida daquilo que lhes é de direito. No processo de lutas pelo acesso à terra, garantia de sustento dessas famílias, a CPT age realizando denúncias, acompanhando famílias em situação de necessidades financeiras e indivíduos ameaçados de morte, promovendo palestras e oficinas para esclarecer os direitos de cada comunidade e como proceder em situações de risco.

Atualmente, o acervo da Comissão Pastoral da Terra é formado por 438 pastas do tipo A/Z dispostas em estantes de madeira (Figura 09), com recortes de jornais, depoimentos manuscritos, revistas, cadernos de conflitos, comunicados, *banners* de

eventos passados e outros tipos documentais que relatam sobre os movimentos sociais no Pará. É pertinente ressaltar o crescimento significativo do número de pastas ao longo do tempo. Em um relatório institucional de 1984, a então responsável pelo arquivo mencionava a existência de 109 pastas no acervo. Então, podemos observar um incremento constante do volume documental da instituição, reflexo da ampliação das demandas dos movimentos sociais atendidos pela CPT, e também do crescimento das problemáticas que os envolvem ao longo dos anos.

As pastas são divididas por assuntos e municípios. Os assuntos mais recorrentes são: trabalho escravo, reforma agrária, política agrícola, Amazônia, ecologia e grilagem. Vale evidenciar também as pastas com nomes dos assassinados que lutaram pela terra como: Dorothy Stang, João Canuto, Expedito Ribeiro e José Cláudio e Maria entre outros.

Figura 09: Disposição das pastas no arquivo da CPT-Belém.



Fonte: pesquisa de campo.

Mas porque documentar? A CPT em sua publicação anual Cadernos de Conflitos expõe seis fundamentos que explicam a necessidade de documentar, como podemos observar no quadro 03.

Quadro 03 - Dimensões da Comissão Pastoral da Terra

Teológica	De acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é, em si mesma, um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.
Ética	Porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.
Política	Porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista de sua história.
Pedagógica	Porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.
Histórica	Porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.
Científica	Porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita.

Fonte: Adaptado do Caderno de Conflitos, 2020.

Infelizmente, o arquivo não tem uma pessoa responsável pela gestão do acervo o que o torna suscetível a ações humanas como furto de documentação e manuseio inadequado do documento. Geralmente, os acervos de movimentos sociais não

recebem a devida atenção do Estado, mesmo com o esforço de seus responsáveis, muitos arquivos não têm verba própria ou pessoal responsável por sua manutenção. Tais condições podem tornar esses registros precários, conforme expõe Medeiros (2010, p. 29).

O trabalho de investigação sobre esses temas se defronta com a fragilidade dos documentos, a precariedade dos registros, a falta de conservação de fontes, o parco registro da memória oral, limites próprios aos grupos sociais subalternos em razão mesmo das dificuldades que eles têm de produzir sua própria história. Mas também se depara com dificuldades teórico-metodológicas, que envolvem a discussão da importância dessas lutas, de formas a trabalhá-las de maneira a se aproximar de uma narrativa que ultrapasse uma história de organizações (importante, mas não suficiente) a as conduza para uma história de grupos sociais, que explicita a densidade das experiências vivenciadas, a singularidade dos embates, a complexidade dos elementos neles envolvidos e que supõem conflitos, alianças, lealdades, reciprocidades.

Perante essas dificuldades, a recuperação da informação, a difusão e a preservação desses acervos é prejudicada. Pois, a memória é revelada por meio de informações organizadas, dispostas de forma a auxiliar a compreensão dos fatos documentados. O mesmo acontece com o reconhecimento da identidade cultural, são necessárias ações internas e externas ao acervo para que os documentos sejam acessados.

5. “AOS NOSSOS MORTOS, NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO, MAS TODA UMA VIDA DE LUTA”: Aspectos metodológicos e analíticos.

Para além de denunciar, a CPT documenta, pesquisa e analisa os conflitos em que os povos da terra, das águas e demais estão envolvidos. A Comissão Pastoral da Terra “foi a única entidade a realizar amplamente pesquisas sobre a questão agrária em âmbito nacional” (LIMA; PINHEIRO, 2016, p.19). De acordo com a perspectiva da instituição, “não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada” (CANUTO; LUZ; COSTA, 2014, p. 10).

Por que lembrar daquilo que fez ou faz sofrer? O registro dessas informações é necessário para manter a história e as memórias que formam as vivências atuais. De forma que possam ser utilizadas para dar continuidade às causas pelas quais esses povos lutam a tanto tempo. Esses documentos podem e devem ser utilizados para a prestação de assistência jurídica servindo como atos de prova, instigando também a juventude camponesa a continuar a luta por seus direitos e os direitos daqueles que morreram na tentativa de alcançá-los. Essa materialidade de informações auxilia na divulgação da situação vivida pelos grupos de movimentos sociais, recentemente a CPT começou a sistematizar também os dados concernentes a Covid-19, violências referentes ao desmatamento ilegal e violações das condições de existência.

Compreende-se que os movimentos sociais não cumprem um modelo estabelecido, mas buscam e lutam pela democratização das relações em sociedade. A respeito da democratização, ela deve ser alcançada também nos arquivos. Visando o acesso por todos e um arquivo para todos.

Para que os arquivos sejam utilizados como fontes de informação, eles precisam ser recuperáveis, acessíveis e difundidos. A recuperação da informação prevê formas de organizar a documentação de acordo com critérios, dessa forma o acesso é mais rápido e eficiente para atender as necessidades da administração. Outrossim, também

pode atender às demandas sociais como lugar de memória, espaço cultural e fonte de informação.

Os arquivos possuem diversas funções, sejam administrativas ou sociais, dentre elas as funções de preservar, gerenciar e custodiar documentos históricos e de valor probatório. Contudo, não são todos os arquivos que possuem visibilidade para atingir suas finalidades, o que sugere práticas para a difusão do arquivo, despertando o interesse pelo espaço e pela documentação ali presente. Rockembach (2015, p. 5) entende a difusão como um conjunto de práticas voltadas para a divulgação de cultura, lugares e ideias.

Bellotto (2006, p. 227), sugere a difusão como uma atividade secundária, podendo tornar-se primária ao contribuir com as finalidades principais de um arquivo. Uma vez que “é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural (...)”.

Tendo em vista a invisibilização e silenciamento das lutas de movimentos sociais, a difusão pode atuar como uma maneira de reconhecer a identidade cultural. A preservação da memória dos movimentos sociais demonstra para a sociedade a democracia pautada na força de mobilização, luta por direitos e igualdade. Dessa forma, atualmente, instituições em defesa das minorias atuam como porta-vozes desses grupos com o grande desafio de oferecer-lhes visibilidade, mostrando suas lutas, particularidades, experiências, conflitos e tudo que possa contribuir para a divulgação dessas memórias marginalizadas.

Posto isto, vamos falar de três formas de difusão: Cultural, Editorial e Educativa. A difusão cultural tem a intenção de atrair o público externo para conhecer o arquivo, Bellotto (2006, p. 228) explica que a difusão cultural tem duas vias de ação: “a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”.

A difusão editorial é aquela executada por meio de apresentação e divulgação de publicações produzidas pelo arquivo. Almeida e Medeiros (2017, p. 93), recomendam a

publicação de instrumentos de pesquisa, boletins e publicações em eventos científicos. A Comissão Pastoral da Terra tem como formas de difusão editorial a publicação anual do Caderno de Conflitos, boletins informativos, revistas e trabalhos relacionados ao arquivo são mantidos no acervo.

Quanto à difusão educativa, ocupa-se da relação arquivo/escolas e ou faculdades. Santos Neto e Bortolin (2020, p. 153) esclarecem que esse tipo de difusão tem dois objetivos: 1) reconhecer o valor dos arquivos como fonte educativa; 2) transformar o valor educativo dos arquivos em ações.”

Destarte, práticas de difusão auxiliam para que a sociedade conheça os arquivos de sua região e as narrativas presentes por meio dos documentos. Logo, a comunidade aproxima-se e pode entender os movimentos sociais como sujeitos ativos que não devem ser considerados à parte do contexto histórico e social.

Com a finalidade de esclarecer as abordagens utilizadas acima, foram realizadas pesquisas bibliográficas e análise documental, como especificado na introdução. Deste modo, selecionamos alguns recortes de jornais e documentos referentes a José Cláudio e Maria do Espírito Santo, recuperados na pasta “José Cláudio e Maria”, além dos Cadernos de Conflitos que indicavam o casal na lista dos ameaçados de morte.

Defensores dos direitos socioambientais de comunidades extrativistas na região do sudeste paraense, José e Maria foram executados por pistoleiros no Assentamento Agroextrativista Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna, no dia 23 de maio de 2011. Seus corpos foram jogados à margem da estrada, para dificultar que fossem encontrados. Meses antes eles denunciaram que estavam sendo ameaçados de morte por fazendeiros e madeireiros da região.

De fato, ao pesquisar-se no Caderno de Conflitos produzido pela CPT, que divulga anualmente a lista dos ameaçados de morte no campo, identificou-se que José Cláudio consta nas listas referentes aos anos de 2001, 2002, 2009 e 2010. Em 2011, o casal já aparece na lista de assassinados. Mediante esses dados, pode-se observar a negligência das autoridades quanto a essas ameaças que são relatadas todos os anos e até as que não são notificadas. Com essa ausência do Estado, os movimentos sociais

buscam outras formas de denunciar, como a Romaria da Floresta, abordada no capítulo 4.

Quanto à análise documental, na nota pública de 30 de maio de 2011, foi possível observar a presença constante da CPT e de outros movimentos sociais ao pressionar as autoridades em busca de resposta para o caso de José Cláudio e Maria e os anteriores. Nesta nota, a CPT expõe a morosidade e o descrédito da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Pará em relação a medidas de proteção a José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, já que a instituição tinha ciência que ambos constavam em listas de ameaçados. A nota exterioriza a opinião sobre como o Estado lida com as situações de conflitos do campo:

O poder do latifúndio, travestido hoje de agronegócio, impõe suas regras afrontando o direito dos posseiros, pequenos agricultores, comunidades quilombolas e indígenas e outras categorias camponesas. Também avança sobre reservas ambientais e reservas extrativistas. O apoio, incentivo e financiamento do agronegócio, o fortalece para seguir adiante, acobertado pelo discurso do desenvolvimento econômico que nada mais é do que a negação dos direitos fundamentais da pessoa, do meio ambiente e da natureza.

Dessa forma, a Comissão e outras entidades visam reivindicar e obter mais justiça no trato desses casos e pretendem alcançar o restante da população para entender essas lutas.

Em ofício enviado ao Procurador da República em 02/06/2011, a Comissão Pastoral da Terra reitera seu serviço de registrar anualmente as listas de ameaçados de morte, mortos e tentativas de morte. Na intenção de evitar que mais um caso fique impune por falta de provas ou registros. E ainda explica que apresentou um levantamento dos assassinatos ocorridos no campo para contribuir no mutirão de julgamentos dos crimes no campo, proposto pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Regional do Pará. O ofício é assinado por diversas entidades ligadas aos camponeses e aos direitos humanos como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso (FETAGRI), Xingu Vivo, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Comitê Dorothy, Comissão Justiça e Paz (CJP)

da CNBB, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Observa-se que, para dar força à iniciativa, outras entidades contribuem na produção de denúncias, com assinaturas, publicações e manifestações. Essa união de entidades também é importante ao acentuar as formas de comunicação, tendo em vista a maior circulação de informações entre as pessoas. Sabe-se que os movimentos sociais são formados por diversos protagonistas, agentes de colaboração, entidades e documentos, cada qual com suas especificidades. Desse modo, as espécies documentais presentes no arquivo da Comissão Pastoral da Terra pretendem alcançar uma “eficácia particular” (ACSELRAD, 2019) de modo a atender as demandas de cada grupo. Acselrad (2019, p. 14) explica a importância das assinaturas nos documentos:

A assinatura aposta nos documentos tem o poder de transformar o suporte sobre o qual ela está inscrita. Ela muda, assim, a qualidade do documento, tornando-o atribuído, dotado de um autor que o valida. A adjunção de diversas assinaturas (...) confere ao ato escrito força e validade particulares.

Quanto aos recortes de jornal relacionados ao caso José Cláudio e Maria, foram encontrados apenas do jornal O Liberal, dos quais selecionou-se para análise matérias veiculadas entre os dias 26/05/2011 e 24/05/2012. Dentre as notícias veiculadas, destacam-se especulações de vingança contra o casal, andamento das investigações, divulgação de homenagens e sepultamento, além de denúncias feitas pelos movimentos sociais em relação ao tema. Pode-se observar uma notícia que supõe vingança e a decisão judicial onde a especulação é descartada. Para os grupos de movimentos sociais é essencial essa prova material de que foi um assassinato, principalmente quando veiculada num jornal de grande circulação no Estado. Pois, a ideia de uma possível vingança deslegitima o movimento dos extrativistas, transformando-os, na esfera discursiva, em baderneiros, violentos e até culpados pelos conflitos em que estão envolvidos.

Boltanski (2000, p. 25) explica a importância de transformar um “caso” em uma “causa”, tornando os conflitos em causas coletivas e políticas:

Os autores das denúncias buscam revelar suas 'facetas ocultas' e fazer ver, com isso, que o caso concerne, 'na realidade', a bastante mais gente do que pudéramos imaginar à primeira vista; assim, ele é transformado em uma causa coletiva.

Pode-se observar que a veiculação das notícias sobre essas violências no campo por jornais de grande circulação possibilita o conhecimento básico à população em geral sobre as situações enfrentadas pelos grupos sociais documentados pela CPT. Porém, nem sempre as notícias condizem com a realidade vivenciada pelas vítimas dos conflitos fundiários, por exemplo. A forma como os movimentos sociais são retratados contribui para a formação da visão geral sobre eles, que geralmente é estereotipada, por não considerar os aspectos relacionados aos direitos humanos e a formação de uma identidade ligada à existência em determinado território, seja ele quilombola, indígena, ribeirinho ou assentamento extrativista e que explica tantos anos de lutas.

Como nos lembram Terry Cook e Joan Schwartz (2004, p. 17), assim como os arquivos coletivamente, um documento individual não é somente portador de conteúdo histórico, mas, também, um reflexo das necessidades e desejos do seu produtor. Com efeito, a análise dos documentos produzidos e/ou custodiados pela CPT evidencia sua opção política junto aos que "lutam por um pedaço de chão, como os acampados e assentados, pela valorização do território e pela permanência na terra, como o fazem tantas comunidades tradicionais" (CPT, Cadernos de Conflitos, 2014, p. 7). Isto é explicitado, inclusive na Apresentação de todas as edições do Caderno de Conflitos onde se destaca que os procedimentos, metodologias, conceitos e variáveis temáticas do Centro de Documentação da CPT foram construídos coletivamente, tendo a participação dos agentes de base da instituição e movimentos sociais atuantes no espaço rural. Nesse sentido, a nota pública e o ofício analisados, assim como os demais registros documentais efetuados no contexto da CPT, refletem essa escolha política e metodológica da Pastoral.

A importância dos documentos da CPT esbarra principalmente em salvaguardar a memória dos grupos sociais priorizados na atuação desta, mas isso não é suficiente para difundir essas informações para aqueles participantes das narrativas e para

aqueles que pouco ou nada sabem sobre as comunidades rurais do Brasil e que são fundamentais na história e memória nacional do país.

Ao visitar e conhecer o arquivo da CPT, concluímos que ele precisa ser acessível, democrático e representativo na intenção de colaborar com os atos de manifestação, de conhecimento, de representação de sociedades marginalizadas e que foram e ainda são invisibilizadas. Os arquivos têm o poder de trazer à luz informações negligenciadas por notícias e publicações, além de serem agentes na formação da memória e reconhecimento da identidade.

Deste modo, são necessárias ações para expandir a divulgação dessas informações não apenas quando são cometidos crimes, mas também na divulgação dos atos, romarias, manifestações em prol de garantir justiça, segurança e voz a esses povos. Ao divulgar suas conquistas, lutas e direitos, estamos contribuindo para a manutenção da identidade cultural de resistência dessas comunidades. Atualmente, José Cláudio, Maria do Espírito Santo, Dorothy Stang e muitos outros são retratados como mártires pois morreram lutando pelo que acreditavam e deixaram sementes de esperança e continuidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou os aspectos da identidade cultural presentes no arquivo da Comissão Pastoral da Terra. Neste sentido, apresentamos algumas dimensões teórico-metodológicas relacionadas à memória, identidade e acervos de movimentos sociais, em especial o arquivo da CPT/Belém. Mediante essas abordagens, observou-se que vários elementos podem constituir uma identidade, a qual vai além dos documentos, monumentos ou bandeiras.

Como resultados da pesquisa, no que se refere ao contexto dos documentos produzidos pela CPT, podemos inferir que a identidade está relacionada à atribuição de significado, sentido e ressignificação das ações humanas registradas nos documentos. Pode-se observar a importância da difusão documental para atuar no repasse de informações ao público, de modo a proporcionar conhecimento sobre os elementos que constituem o arquivo, sua documentação e contexto de produção. Pois uma nota pública, sem os significados e sentidos atribuídos a ela, seja pelos sujeitos sociais que a redigem, pelos seus leitores e/ou pelos pesquisadores que sobre ela efetuam suas análises, é apenas uma nota, circunscrita a uma dimensão técnica.

Da mesma maneira, compreende-se os arquivos com seus aspectos de identidade cultural que podem ser o lugar de memória, a memória social e a fonte de informação. Todavia, esses aspectos só serão utilizados se reconhecidos. Durante o trabalho abordamos os aspectos teóricos que fundamentam a difusão como forma de complementar o reconhecimento de identidade de movimentos sociais no campo ao possibilitar à sociedade em geral acesso às informações que produzem sentidos e significados às lutas daqueles.

Quanto à importância da difusão para o reconhecimento de identidade dos movimentos sociais, destacamos a perpetuação da memória, o poder de lembrar e uma maior perspectiva de conhecimento e apoio às demandas desses grupos. Observamos também, ao longo do texto, o modo como a CPT retrata essas lutas tendo

em vista a maior visibilidade desses movimentos. Dessa forma, entendemos que os arquivos são fundamentais para dar sentido, significado e reconhecimento aos movimentos sociais do campo e demais grupos marginalizados socialmente. Ações de difusão também são essenciais para o reconhecimento de aspectos de identidade cultural, social e de resistência presentes nas ações desses grupos, podendo se contrapor, assim, aos registros “oficiais” que reduzem as lutas pelo direito à terra, em particular, e aos direitos humanos, em geral, a uma narrativa pautada em termos como “invasão”, “invasores”, “baderneiros” etc.

Pode-se observar também, a atuação do arquivista na formação de memória social e identidade. Le Goff (1994) ressalta que a memória é essencial para a identidade, "cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje". O arquivista atua aliando sua percepção de arquivo ao modo como a sociedade expressa suas necessidades, com a função social de promover inclusão e acesso, viabilizando, assim, os usos sociais desses acervos. Isto se aplica especialmente aos que foram produzidos por sujeitos dos movimentos sociais, para expor e defender a importância que o acesso a esses documentos possui para história e memória do país, bem como para construção e fortalecimento de uma sociedade democrática.

Desse modo, consideramos que os objetivos propostos foram atingidos por meio de pesquisa bibliográfica para embasamento teórico, análise documental dos documentos selecionados e visita de campo ao arquivo da Comissão Pastoral da Terra-Belém. Almeja-se que o recorte teórico-metodológico deste trabalho inspire o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas aos acervos de movimentos sociais, pois, longe de esgotar as discussões em torno do tema, muito ainda há que ser pesquisado quanto às demais vertentes da Arquivologia e suas aplicações no contexto dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. O papel da escrita na construção de causas públicas: uma análise do acervo de documentos produzidos por grupos de atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 81, p. 93-116, 2019.
- ALDIGHERI, Mário. Vida, memória histórica e registros, In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**, 2014, Goiânia-GO/São Paulo. CPT/Editora Expressão Popular, 2015.
- ALMEIDA, Bruna Caballo Dominguez de; Medeiros, Roberta Pinto. Uma perspectiva sobre a difusão nos arquivos universitários de instituições com cursos de arquivologia no Brasil. Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación, Zaragoza, v. 11, n. 1, p. 93-97, enero/jun. 2017.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 2009, n.76, p. 49-86.
- AVIZ, Emanuelle França de; SANTOS, Geovanna Figueiredo dos. Documentando a luta pela terra na Amazônia Paraense: o acervo da CPT Belém. In: Encontro de História - ANPUH Pará, XII, 2021, Belém. **Arquivos, documentos e sociedade: formação, trajetória e uso dos acervos documentais** [Recurso eletrônico] / Organizadores: Iane Maria da Silva Batista e Leonardo da Silva Torii . - 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021. 14-24.
- BARBOSA, Carolina. Massacre de Eldorado do Carajás completa 24 anos: "Um dia para não esquecer". **Brasil de Fato**. Belém, 17 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-completa-24-anos-um-dia-para-nao-esquecer>>. Acesso em: 31 mai. 2021.
- BARBOSA, Carolina. 25 anos após Massacre de Eldorado do Carajás, violência no campo dispara no Brasil. **Brasil de Fato**. Belém, 17 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/25-anos-apos-massacre-de-eldorado-dos-carajas-violencia-no-campo-dispara-no-brasil>>. Acesso em: 31 mai. 2021.
- BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Os "Hidronegócios" nos rios da Amazônia. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 81, p. 117-139, 2019.
- BAUER, Caroline Silveira. Um lugar de memória no esquecimento: o monumento aos mortos e desaparecidos políticos em Porto Alegre. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015.
- BELLOTTO, Heloísa Liberali. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOLTANSKI, Luc. **El Amor y La justicia como competencias: tres ensayos de sociologia de la acción**. Buenos Aires: Amorrotu, 2000.
- BORTOLOZZI JUNIOR, Flávio. **A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais**. Dissertação (Mestrado em direito) - Setor de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; COSTA, Edmundo Rodrigues (coord.). **Conflitos no campo – Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Fluxos, redes e identidades**: Uma teoria crítica da sociedade informacional. In: *Novas Perspectivas Críticas em Educação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996, pp. 4-32.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Missão da CPT**. Cpt Nacional, 2010. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/missao>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil: 2014**. Goiânia: CPT, 2015. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=2392&catid=41&m=0>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil: 2019**. Goiânia: CPT, 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14195-conflitos-no-campo-brasil-2019-web>>. Acesso em: 11 mai. 2021

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil: 2020**. Goiânia: CPT, 2021. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>>. Acesso em: 31 mai. 2021

CRIALES, José Pablo. Queima de bandeiras indígenas alimenta fratura da Bolívia depois da renúncia de Evo Morales. **El País**, Cidade do México, 14 de novembro de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/internacional/1573524533_320421.html>. Acesso em: 10 mai. 2021.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?**: Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FARINELLI, Victor. Wiphala: Queima da bandeira indígena evidencia racismo do golpe na Bolívia. **Revista Fórum**, Chile, 12 de novembro de 2019. Seção Global. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/global/wiphala-queima-da-bandeira-indigena-evidencia-racismo-do-golpe-na-bolivia/>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

FERREIRA, José Marcelo Andrade. ROMARIA DA FLORESTA: A FÉ ENTRE TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS. **Revista de Geografia** (Recife), v. 36, n. 1, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011.

GONSALVES, Elisa. Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GOODE, William, HATT, Paul. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1979:422.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARRIS, Verne. Redefining archives in South Africa: public archives and society in transition, 1990–1996. **Archivaria**, v. 42, 1996.

IDENTIDADE. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/identidade/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones**. UNAD, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LIMA, Cristiane da Silva; PINHEIRO, Luci Faria. **Trabalho escravo e atuação da CPT no sul e sudeste do Pará/Slave labor and activity CPT in the south and southeast of Pará**. SER Soc. 2016.

MACEDO, Guilherme Fenício Alves; MEDEIROS, Enzo Gabriel Oliveira. A (Sub) Condição Whipala: Uma Análise Decolonial sobre a Violência Estrutural e Cultural Contra os Povos Originários na Bolívia Pós-Ruptura Democrática (2019). **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 13, n. 25, 2020.

MALVEZZI, Roberto. Hidronegócio. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel B.; FIRGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 397-404.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo. Marques, AJ y Stampa, IT (Orgs). **O Mundo dos trabalhadores e seus arquivos**, p. 27-42, 2010.

MEDEIROS, Roberta Pinto. **A construção da memória e da identidade pelos movimentos sociais: a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre relatada em seu acervo**. 2020. 246 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MERCER, Kobena. Welcome to the jungle. Em J. Rutherford (Org.), **Identity**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

PARÁ. **Lei Estadual 7.661**, de 26 de setembro de 2012. Disponível em: <<https://al-pa.jusbrasil.com.br/noticias/100052140/romaria-da-floresta-em-anapu-reconhecida-como-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PASSOS, Leandro; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. Racismo, gênero e mito atualizado no arco-íris de "Ponciá Vicêncio". **Anuário de Literatura**, v. 24, n. 2, p. 30-41, 2019.

PELOSO, Ranulfo; SIQUEIRA, Ruben. O fim e o caminho que se faz para chegar lá: sobre a metodologia popular na Pastoral da Terra (Org.) **Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 13-44.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Magda. Uma vida iluminada: trajetórias sociais de pessoas e objetos na reconstrução da memória. **Revista Proa**, nº02, vol.01, 2010.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015.

RUTHERFORD, Jonathan. **Identity: community, culture, difference**. London: Lawrence and Wishart, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. O Mundo do Trabalho em Mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In: MARQUES, A. J.; STAMPA, Inez (org.) **O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**. 2. Edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo. Central Única dos Trabalhadores, 2010.

SANTOS, Geovanna Figueiredo dos; BATISTA, Iane Maria da Silva. GESTÃO DOCUMENTAL EM ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: diagnóstico do arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Belém). In: Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, XXIII, 2019, Niterói. **Anais do Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia**. Niterói: CAArq/UFF, 2019. 115-119.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. **Mediação e difusão em arquivos inter-relações teóricas**. 2020.

SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry. (2004). Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. Registro: **revista do Arquivo Nacional de Indaiatuba**/Fundação Pró-memória, 3(5), 15-30.

SEM AUTOR. Borba Gato. **Estadão**, São Paulo, 26 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/lugares,borba-gato,7425,0.html>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2002. v. 22, n. 44, p. 425-438.

SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel da. **A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia como um Instrumento de Hegemonia de um Projeto Popular na América Latina**. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TAJFEL, Henry.; TURNER, John Charles. The social identity theory of inter group behavior. In: WRCHER, S.; AUSTIN, W. G. **Psychology of inter group relations**. Chicago: Nelson-Hale Publishers, 1986.

VIEIRA, Bárbara Muniz. Crânios são colocados ao lado de monumentos de bandeirantes para ressignificar história de SP. **G1SP**. São Paulo, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento. In: **Arquivos e novas tecnologias: questões para a história da educação**, FARIA Fº (org). Coleção Memória da Educação, 2005.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença" In Tomaz Tadeu da Silva (Org.) **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000: 7-72.

YIN. Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A - Conflitos no Estado do Pará 2020.

Pará				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abaetetuba	Com. Quilombola Unidos do Rio Capim/Barreira Sanitária	01/05/2020	113	Quilombola
Abaetetuba	Quilombo Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar/Barreira Sanitária	01/05/2020	54	Quilombola
Abaetetuba	Com. Quilombolas das Ilhas de Abaetetuba/Barreira Sanitária	01/05/2020	701	Quilombola
Abaetetuba	Comunidades do Curupeté-Grande/Barreira Sanitária	01/05/2020	400	Quilombola
Abaetetuba	Com. Quilombolas das Ilhas de Abaetetuba/Barreira Sanitária	11/05/2020	701	Quilombola
Tomé-Açu, Acará	Com. Quil. Alto Acará	03/03/2020	650	Quilombola
Alenquer	Faz. Arapary/Açaí Amazonas Ind. e Com. Ltda.	21/01/2020		Sem Informação
Alenquer	PDS Paraíso	07/07/2020	572	Assentado
Altamira, Senador José Porfírio	T.I. Koatinemo	27/01/2020	46	Indígenas
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu	E. Eco. Terra do Meio/Serra do Pardo/Barreira Sanitária	12/03/2020		Extrativista
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	12/03/2020	187	Indígenas
Altamira, São Félix do Xingu	Área de Proteção Ambiental-APA Triunfo do Xingu/Terra do Meio/Barreira Sanitária	12/03/2020	2000	Extrativista
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	19/04/2020	187	Indígenas
Altamira, Senador José Porfírio	T.I. Araweté Igarapé Ipixuna	19/04/2020	117	Indígenas
Altamira, Rurópolis, Uruará, Medicilândia	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	05/05/2020	22	Indígenas
Altamira, Rurópolis, Uruará, Medicilândia	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	13/05/2020	22	Indígenas
Peixoto de Azevedo, Altamira, São Félix do Xingu, Matupá	T.I. Menkragnoti	26/05/2020	316	Indígenas
Guarantã do Norte, Altamira, Matupá	T.I. Panará	26/05/2020	136	Indígenas
Altamira	Resex Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	06/07/2020	51	Indígenas
Altamira, Rurópolis, Uruará, Medicilândia	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	06/07/2020	22	Indígenas
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu	E. Eco. Terra do Meio/Serra do Pardo/Barreira Sanitária	06/07/2020		Extrativista
Altamira	Resex do Iriri/Gleba Curuá/Grileiro CR Almeida	06/07/2020	55	Extrativista
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	06/07/2020	47	Indígenas
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	06/07/2020	187	Indígenas
Altamira	T. I. Xipáia Kuruáia/UHE Belo Monte/PAC/Barreira Sanitária	16/07/2020	41	Indígenas
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	17/08/2020	47	Indígenas

Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	06/07/2020	187	Índígenas
Altamira	T. I. Xipáia Kuruáia/UHE Belo Monte/PAC/Barreira Sanitária	16/07/2020	41	Índígenas
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	17/08/2020	47	Índígenas
Peixoto de Azevedo, Altamira, São Félix do Xingu, Matupá	T.I. Menkragnoti	17/08/2020	316	Índígenas
Peixoto de Azevedo, Altamira, São Félix do Xingu, Matupá	T.I. Menkragnoti	24/08/2020	316	Índígenas
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	24/08/2020	47	Índígenas
Peixoto de Azevedo, Altamira, São Félix do Xingu, Matupá	T.I. Menkragnoti	01/09/2020	316	Índígenas
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	01/09/2020	47	Índígenas
Garantã do Norte, Altamira, Matupá	T.I. Panará	01/09/2020	136	Índígenas
Altamira, Rurópolis, Uruará, Medicilândia	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	08/09/2020	22	Índígenas
Altamira, Senador José Porfírio	T.I. Koatinemo	08/09/2020	46	Índígenas
Altamira	T. I. Xipáia Kuruáia/UHE Belo Monte/PAC/Barreira Sanitária	08/09/2020	41	Índígenas
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	08/09/2020	187	Índígenas
Altamira, Senador José Porfírio	T.I. Araweté Igarapé Ipixuna	08/09/2020	117	Índígenas
Altamira, Rurópolis, Uruará, Medicilândia	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	09/09/2020	22	Índígenas
Altamira, São Félix do Xingu	Área de Proteção Ambiental-APA Triunfo do Xingu/Terra do Meio/Barreira Sanitária	16/09/2020	2000	Extrativista
Altamira	Resex do Médio Xingu/Terra do Meio/Barreira Sanitária	16/09/2020	330	Ribeirinho
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu	E. Eco. Terra do Meio/Serra do Pardo/Barreira Sanitária	16/09/2020		Extrativista
Altamira	T.I. Baú/Kayapó	19/10/2020	47	Índígenas
Peixoto de Azevedo, Altamira, São Félix do Xingu, Matupá	T.I. Menkragnoti	19/10/2020	316	Índígenas
Garantã do Norte, Altamira, Matupá	T.I. Panará	19/10/2020	136	Índígenas
Ananindeua	Com. Quilombola do Abacatal/Barreira Sanitária	08/01/2020	121	Quilombola
Ananindeua	Com. Quilombola do Abacatal/Barreira Sanitária	01/05/2020	121	Quilombola
Anapu	Gl. Bacajá/Lotes 96 e 97/Fazs. Bom Jesus e Berrante	30/01/2020	90	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilião Poente II/Lote-69-71-73/Mata Preta	30/06/2020	187	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 46/ Faz. Sta. Luzia	30/06/2020	42	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilião Poente II/Lote 73	30/06/2020	38	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilião Poente II/Lote 71	30/06/2020	25	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lt. 68/Mata Preta	30/06/2020	50	Sem Terra
Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC/Barreira Sanitária	16/07/2020	45	Índígenas
Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC/Barreira Sanitária	08/09/2020	45	Índígenas
Anapu	P.A. Pilião Poente III	09/10/2020	193	Assentado
Anapu	P.A. Pilião Poente III	27/10/2020	193	Assentado
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Assassinato da Ir. Dorothy	27/10/2020	178	Assentado
Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC/Barreira Sanitária	13/11/2020	45	Índígenas
Anapu	Ameaçados de Morte	31/12/2020		Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/Lotes 96 e 97/Fazs. Bom Jesus e Berrante	31/12/2020	90	Sem Terra

Anapu	G. Bacajá/PDS Esperança/L. 59-60-61-62/ Júlio César	31/12/2020	120	Sem Terra
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Assassinato da Ir. Dorothy	31/12/2020	178	Assentado
Barcarena	Com. Quilombola Sítio Conceição/Hydro Alunorte	01/07/2020		Quilombola
Belterra	T.I. Munduruku Taquara/Barreira Sanitária	19/05/2020	43	Indígenas
Belterra	T.I. Bragança-Marituba/Barreira Sanitária	19/05/2020	58	Indígenas
Belterra	T.I. Munduruku Taquara/Barreira Sanitária	20/05/2020	43	Indígenas
Belterra	T.I. Bragança-Marituba/Barreira Sanitária	20/05/2020	58	Indígenas
Belterra	T.I. Munduruku Taquara/Barreira Sanitária	27/08/2020	43	Indígenas
Belterra	T.I. Bragança-Marituba/Barreira Sanitária	27/08/2020	58	Indígenas
Benevides	Fazenda Sopalme/Acamp. Terra Cabana	28/09/2020	400	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Parque Nac. dos Campos Ferruginosos/Proj. S11D/Vale	04/02/2020	100	Pequeno proprietário
Conceição do Araguaia	Fazenda Safita/Acamp. Vitória da União	25/09/2020	30	Sem Terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Safita/Acamp. Vitória da União	01/10/2020	30	Sem Terra
Conceição do Araguaia	Fazenda Safita/Acamp. Vitória da União	15/10/2020	30	Sem Terra
São Félix do Xingu, Cumarú do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte	T. I. Kayapó	12/03/2020	1137	Indígenas
São Félix do Xingu, Cumarú do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte	T. I. Kayapó	19/04/2020	1137	Indígenas
São Félix do Xingu, Cumarú do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte	T. I. Kayapó	06/07/2020	1137	Indígenas
São Félix do Xingu, Cumarú do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte	T. I. Kayapó	19/10/2020	1137	Indígenas
São Félix do Xingu, Cumarú do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte	T. I. Kayapó	10/11/2020	1137	Indígenas
São Félix do Xingu, Cumarú do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte	T. I. Kayapó	11/11/2020	1137	Indígenas
Eldorado do Carajás, Piçarra, Curionópolis, Xinguara	Faz. Surubim/Acamp. Osmir Venuto da Silva	18/09/2020	35	Sem Terra
Eldorado do Carajás, Piçarra, Curionópolis, Xinguara	Faz. Surubim/Acamp. Osmir Venuto da Silva	14/12/2020	35	Sem Terra
Eldorado do Carajás, Piçarra, Curionópolis, Xinguara	Faz. Surubim/Acamp. Osmir Venuto da Silva	15/12/2020	35	Sem Terra
Oriximiná, Faro	T.I. Trompetas-Mapuera	11/08/2020	131	Indígenas
Goianésia do Pará	Fazenda Rancho Grande	19/01/2020	12	Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Baronesa/Acamp. São Sebastião	31/01/2020	105	Sem Terra
Eldorado do Carajás, Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/Faz. M ^a Bonita/Acamp. Dalcídio Jurandir	09/03/2020	212	Sem Terra
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Índio/Barreira Sanitária	22/01/2020	31	Indígenas
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	22/01/2020	42	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue/Barreira Sanitária	22/01/2020	42	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Índio/Barreira Sanitária	14/04/2020	31	Indígenas
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	14/04/2020	42	Indígenas
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	08/05/2020	42	Indígenas

Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	19/05/2020	42	Indígenas
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	20/05/2020	42	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue/Barreira Sanitária	20/05/2020	42	Indígenas
Itaituba	T.I. Sawré Jaybu/médio Tapajós Km 43/Barreira Sanitária	20/05/2020	12	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Índio/Barreira Sanitária	20/05/2020	31	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue/Barreira Sanitária	02/06/2020	42	Indígenas
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	04/06/2020	42	Indígenas
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	24/06/2020	42	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Índio/Barreira Sanitária	24/06/2020	31	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue/Barreira Sanitária	27/08/2020	42	Indígenas
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	27/08/2020	42	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Índio/Barreira Sanitária	27/08/2020	31	Indígenas
Itaituba	T.I. Sawré Jaybu/médio Tapajós Km 43/Barreira Sanitária	27/08/2020	12	Indígenas
Itaituba	T.I. Sawré Jaybu/médio Tapajós Km 43/Barreira Sanitária	19/10/2020	12	Indígenas
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	19/10/2020	42	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Índio/Barreira Sanitária	19/10/2020	31	Indígenas
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue/Barreira Sanitária	19/10/2020	42	Indígenas
Itaituba	PAE Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	30/11/2020	101	Assentado
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	14/04/2020	1630	Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	20/05/2020	1630	Indígenas
Jacareacanga	T.I. Sai-Cinza/Barreira Sanitária	01/06/2020	435	Indígenas
Jacareacanga	T.I. Sai-Cinza/Barreira Sanitária	16/06/2020	435	Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	16/06/2020	1630	Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	09/07/2020	1630	Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	27/08/2020	1630	Indígenas
Jacareacanga	T.I. Sai-Cinza/Barreira Sanitária	16/09/2020	435	Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	30/09/2020	1630	Indígenas
Jacareacanga	T.I. Sai-Cinza/Barreira Sanitária	19/10/2020	435	Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	19/10/2020	1630	Indígenas
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	10/12/2020	1630	Agente pastoral, Indígenas
Juruti	Assent. Agroextrativista Juruti Velho e Socó/Alcoa	26/12/2020	2000	Assentado
Marabá, São Geraldo do Araguaia	T.I. Tuwa Apekuokawera	24/01/2020	101	Indígenas
Marabá, São Geraldo do Araguaia	T.I. Tuwa Apekuokawera	07/02/2020	101	Indígenas
Marabá	P. A. Diamante	20/02/2020	40	Assentado
Marabá	Com. Ribeirinha Lago dos Macacos	20/02/2020	197	Ribeirinho
Marabá	Com. Ribeirinha Associação Flor do Brasil	20/02/2020		Ribeirinho
Marabá	Faz. Santa Clara/Acamp. Boa Esperança	23/04/2020	20	Sem Terra

Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	09/06/2020	150	Sem Terra
Marabá	Comp. da Faz. Três Poderes/Faz. Fortaleza/Cedro/Acamp. Helenira Rezende	09/06/2020	150	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina/Acamp. Hugo Chávez	11/06/2020	150	Sem Terra
Marabá	Comp. da Faz. Três Poderes/Faz. Fortaleza/Cedro/Acamp. Helenira Rezende	11/06/2020	150	Sem Terra
Marabá, São Geraldo do Araguaia	T.I. Tuwa Apekuokawera	27/10/2020	101	Indígenas
Moju	Território Quilombola do Jambuaçu/Barreira Sanitária	27/02/2020	788	Quilombola
Moju	Com. Quilombola Sta. Maria do Traquateua/Vale/Hydro	05/03/2020	27	Quilombola
Moju	Território Quilombola do Jambuaçu/Barreira Sanitária	01/05/2020	788	Quilombola
Abaetetuba, Moju	Com. Quilombolas Laranjituba/África/Barreira Sanitária	01/05/2020	125	Quilombola
Moju	Com. Quil. Santana do Baixo Jambuaçu/Barreira Sanitária	01/05/2020	47	Quilombola
Abaetetuba, Moju	Com. Quilombolas Laranjituba/África/Barreira Sanitária	30/06/2020	125	Quilombola
Moju	Território Quilombola do Jambuaçu/Barreira Sanitária	31/12/2020	788	Quilombola
Moju	Com. Quil. Santana do Baixo Jambuaçu/Barreira Sanitária	31/12/2020	47	Quilombola
Moju dos Campos	Comunidade Jatobá	25/11/2020	38	Posseiro
Monte Alegre	PDS Serra Azul	25/11/2020	170	Assentado
Monte Alegre	P. A. Maripá/Com. Turará	25/11/2020	591	Assentado
Altamira, Novo Progresso	PDS Terra Nossa	23/10/2020	300	Assentado
Altamira, Novo Progresso	PDS Terra Nossa	01/11/2020	300	Assentado
Altamira, Novo Progresso	PDS Terra Nossa	15/11/2020	300	Assentado
Altamira, Novo Progresso	PDS Terra Nossa	22/11/2020	300	Assentado
Altamira, Novo Progresso	PDS Terra Nossa	31/12/2020	300	Assentado
Óbidos	Com. Ribeirinhas Santíssima Trindade e outras	18/02/2020		Ribeirinho
Óbidos	Com. Quilombolas Muratubinha/Mondongo/Igarapé-Açu	18/02/2020	180	Quilombola
Óbidos	Comunidade Quilombola Arapucu	18/02/2020	79	Quilombola
Óbidos	Com. Quilombolas Muratubinha/Mondongo/Igarapé-Açu	26/05/2020	180	Quilombola
Óbidos	Comunidade Quilombola Arapucu	26/05/2020	79	Quilombola
Óbidos	Com. Ribeirinhas Santíssima Trindade e outras	26/05/2020		Ribeirinho
Oriximiná	Com. Quilombola Boa Vista e Outras/ Empresa Mineração Rio do Norte/Barreira Sanitária	26/05/2020	500	Quilombola
Oriximiná	T. I. Kaxuyana e Tunayana/Quil. Cachoeira Porteira/Flota Trombetas e Faro/Barreira Sanitária	26/05/2020	144	Quilombola
Oriximiná	Território Quilombola Alto Trombetas/Barreira Sanitária	26/05/2020	330	Quilombola
Oriximiná	Território Quilombola Erepecuru/Barreira Sanitária	26/05/2020		Quilombola
Oriximiná	T. I. Kaxuyana e Tunayana/Quil. Cachoeira Porteira/Flota Trombetas e Faro/Barreira Sanitária	17/06/2020	144	Indígenas
Oriximiná	T. I. Kaxuyana e Tunayana/Quil. Cachoeira Porteira/Flota Trombetas e Faro/Barreira Sanitária	26/08/2020	144	Indígenas
Oriximiná	Território Quilombola Alto Trombetas/Barreira Sanitária	17/12/2020	330	Quilombola
Oriximiná	PAE Sapucú-Trombetas/Madeirasas Ebata e Golf	17/12/2020	800	Assentado
Oriximiná	Com. Quilombola Boa Vista e Outras/ Empresa Mineração Rio do Norte/Barreira Sanitária	17/12/2020	500	Quilombola

Ourlândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	31/01/2020	150	Sem Terra
Ourlândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	22/02/2020	150	Sem Terra
Ourlândia do Norte	P.A. Casulo II	28/05/2020	90	Sem Terra
Ourlândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	21/09/2020	150	Sem Terra
Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte, Paragominas, Santa Luzia do Pará	T. I. Alto Rio Guamá/Tembé	09/09/2020	500	Indígenas
Parauapebas, Água Azul do Norte, Marabá	T. I. Xikrin do Cateté	15/06/2020	375	Indígenas
Parauapebas	Faz. Lagoa Branca/Acamp. Lagoa Nova Carajás	21/06/2020	248	Sem Terra
Parauapebas, Água Azul do Norte, Marabá	Com. de Coletores de Jaborandi da APA do rio Gelado	08/10/2020		Extrativista
Parauapebas, Água Azul do Norte, Marabá	T. I. Xikrin do Cateté	08/10/2020	375	Indígenas
Parauapebas, Água Azul do Norte, Marabá	T. I. Xikrin do Cateté	11/10/2020	375	Indígenas
Pau D'Arco	Faz. Santa Lúcia/Acamp. Nova Vida/Jane Júlia	16/01/2020	200	Sem Terra
Placas	PDS Avelino Ribeiro	25/11/2020	210	Assentado
Porto de Moz	Com. Quilombola Tauerá e outras	09/01/2020	90	Quilombola
Prainha	Resex Renascer e Entorno/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	25/11/2020	800	Extrativista
Rondon do Pará	T.I. Nova Jacundá	07/02/2020	28	Indígenas
Rondon do Pará	T.I. Nova Jacundá	27/10/2020	28	Indígenas
Rurópolis	Comunidade Ribeirinha Monte Cristo	08/01/2020	17	Ribeirinho
Rurópolis	PAC Araipacupu	26/05/2020	361	Assentado
Salvaterra	Quilombo Salvar Mangueiras/Barreira Sanitária	01/05/2020		Quilombola
Salvaterra	Com. Quilombola Mangueiras/Barreira Sanitária	01/05/2020		Quilombola
Salvaterra	Comunidade Quilombola Bairro Alto/Barreira Sanitária	01/05/2020		Quilombola
Salvaterra	Com. Quilombola Boa Vista/Barreira Sanitária	01/05/2020	42	Quilombola
Salvaterra	Com. Quilombola Providência/Barreira Sanitária	01/05/2020		Quilombola
Salvaterra	Com. Quilombola Deus Ajude/Barreira Sanitária	01/05/2020		Quilombola
Salvaterra	Com. Quilombola Siricari/Barreira Sanitária	01/05/2020		Quilombola
Salvaterra	Comunidade Quilombola Rosário	11/06/2020	73	Quilombola
Santa Maria das Barreiras	Fazenda Santa Cecília	04/04/2020	40	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Acampamento Deus é Pai/Faz. São João	15/04/2020	27	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Acampamento Deus é Pai/Faz. São João	20/05/2020	27	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Acampamento Deus é Pai/Faz. São João	30/05/2020	27	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Acampamento Deus é Pai/Faz. São João	30/06/2020	27	Sem Terra
Santarém	T.I. Cobra Grande	24/01/2020	146	Indígenas
Santarém	T. I. Maró	24/01/2020	60	Indígenas
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno/Barreira Sanitária	27/02/2020	150	Indígenas
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno/Barreira Sanitária	08/04/2020	150	Indígenas
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno/Barreira Sanitária	05/05/2020	150	Indígenas
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno/Barreira Sanitária	13/05/2020	150	Indígenas
Santarém	Quilombo Bom Jardim	15/05/2020	70	Quilombola
Santarém	Com. Quilombola de Murumurutuba	15/05/2020		Quilombola

Santarém	T. I. Maró	19/05/2020	60	Indígenas
Santarém	T.I. Cobra Grande	19/05/2020	146	Indígenas
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno/ Barreira Sanitária	20/05/2020	150	Indígenas
Santarém	T.I. Cobra Grande	19/07/2020	146	Indígenas
Aveiro, Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós/ PAC	19/07/2020	4168	Indígenas
Santarém	Índios Borari/Vila Alter do Chão	19/07/2020	180	Indígenas
Santarém	T. I. Maró	19/07/2020	60	Indígenas
Santarém	Comunidade Vila Brasil	24/07/2020	46	Extrativista
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno/ Barreira Sanitária	27/08/2020	150	Indígenas
Aveiro, Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós/ PAC	05/10/2020	4168	Indígenas
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno/ Barreira Sanitária	28/10/2020	150	Indígenas
Aveiro, Santarém	Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós/ PAC	18/11/2020	4168	Extrativista
Santarém	P.A. Tapera Velha	25/11/2020	251	Assentado
Prainha, Santarém	Gl. Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara/PAE Curuá II	25/11/2020	170	Assentado
Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	30/01/2020	182	Indígenas
Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	12/03/2020	182	Indígenas
Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	07/04/2020	182	Indígenas
Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	04/06/2020	182	Indígenas
Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	08/09/2020	182	Indígenas
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	02/10/2020	150	Sem Terra
Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	19/11/2020	182	Funcionário Público
Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	01/12/2020	182	Indígenas
São Félix do Xingu	Vila Novo Horizonte/Casa de Tábua	11/12/2020	40	Pequeno proprietário
Marabá, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia	T.I. Sororó	07/02/2020	96	Indígenas
Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia	T. I. Mãe Maria/Índios Gaviões/Barreira Sanitária	07/02/2020	190	Indígenas
Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia	T. I. Mãe Maria/Índios Gaviões/Barreira Sanitária	01/06/2020	190	Indígenas
Altamira, Anapu, Senador José Porfírio	T.I. Ituna/Itatá	24/01/2020		Indígenas
Altamira, Anapu, Senador José Porfírio	T.I. Ituna/Itatá	19/04/2020		Indígenas
Altamira, Anapu, Senador José Porfírio	T.I. Ituna/Itatá	19/05/2020		Indígenas
Senador José Porfírio	T. I. Arara da Volta Grande do Xingu	08/09/2020	36	Indígenas
Altamira, Anapu, Senador José Porfírio	T.I. Ituna/Itatá	09/09/2020		Indígenas
Senador José Porfírio	P.A. Itatá	20/10/2020	423	Assentado
Tomé-Açu	Comunidade Quilombola Nova Betel	11/12/2020	50	Quilombola
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	31/03/2020	6	Sem Terra
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	15/10/2020	300	Assentado
Tucuruí, Baião	T.I. Trocará Assurini	15/06/2020	141	Indígenas
Vitória do Xingu	T.I. Juruna do Km 17	08/09/2020	22	Indígenas
Anapu	Gl. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/ Dorothy	27/10/2020	160	Assentado
Anapu	Gl. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/ Dorothy	31/12/2020	160	Assentado
Subtotal: 245			28608	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
--------------	------------------	------	----------	-----------

Conceição do Araguaia	Fazenda Safita/Acamp. Vitória da União	15/10/2020	30	Sem Terra
Goianésia do Pará	Fazenda Rancho Grande	19/01/2020	12	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Clara/Acamp. Boa Esperança	21/04/2020	20	Sem Terra

Subtotal: 3	62	
--------------------	-----------	--

Total conflitos por terra - Pará: 248	28608	
--	--------------	--

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos Menores	Tipo de Trabalho
Dom Eliseu	Carvoaria do Ronildo/BR-222/Vicinal do Km 25	03/09/2020	10	10	Carvoaria
Dom Eliseu	Carvoaria/Rod. BR-222/Vicinal do Km 25	24/08/2020	1	1	Carvoaria
Jacareacanga	Garimpo do Pau Rosa	26/10/2020		4	Garimpo (Ouro)
Jacareacanga	Garimpo do Pau Rosa	26/10/2020	39	31	Garimpo (Ouro)
Jacareacanga	Garimpo do Pau Rosa	26/10/2020		4	Garimpo (Ouro)
Portel	Serraria do Neno	22/10/2020	5	5	Desmatamento
Rondon do Pará	Faz. Moreira/Paraforest	08/12/2020	83	13	Eucalipto
Rondon do Pará	Faz. Moreira/Construtora Concel	08/12/2020	8	8	Eucalipto
Santa Maria das Barreiras	Garimpo no Distrito Casa de Tábuas/Operação Napuru	20/11/2020	40	40	Garimpo (Ouro)

Subtotal: 9	186	116	
--------------------	------------	------------	--

Total Conflitos Trabalhistas - Pará: 9	186	116	
---	------------	------------	--

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Abaetetuba	Com. do Acú/Hydro Alunorte	17/02/2020		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Abaetetuba	Com. Santo Antônio/Ilha do Capim/Hydro Alunorte	17/02/2020		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Altamira	Com. Ribeirinha do Igarapé Trindade/UHE Belo Monte	30/10/2020		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Altamira, Rurópolis, Uruará, Mediciândia	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	13/11/2020	22	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Altamira, Anapu, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio	T. I. Trincheira-Bacajá/Índios Xikrin/UHE Belo Monte/Mineradora Belo Sun/PAC	13/11/2020	187	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Altamira, Senador José Porfírio	T.I. Koatinemo	13/11/2020	46	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Altamira	Colônia de Pescadores Z-57/UHE Belo Monte/PAC	30/10/2020	3000	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Altamira, Senador José Porfírio	T.I. Araweté Igarapé Ipixuna	13/11/2020	117	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Altamira	T. I. Xipáia Kuruáia/UHE Belo Monte/PAC/Barreira Sanitária	09/11/2020	41	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio	T. I. Paquicamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC/Barreira Sanitária	13/11/2020	45	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Barcarena	Com. Vila do Conde/Furo do Arrozal/Multinacional Bunge/Hydro Alunorte	04/02/2020	200	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Barcarena	Com. Burajuba/Codobar/Itupanema/Caripi/Hydro Alunorte	04/02/2020	350	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais

Barcarena	Com. do Murucupi/Hydro Alunorte	04/02/2020		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Barcarena	Com. Vila Nova/Mineradora Hydro Alunorte	04/02/2020	25	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Barcarena	Com. Bom Futuro/Mineradora Hydro Alunorte	04/02/2020	25	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Uruará, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia	T.I. Arara	13/11/2020	75	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Trairão, Itaituba	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Barreira Sanitária	30/04/2020	42	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Trairão, Itaituba	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/T. I. Munduruku/PAC	30/04/2020	800	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Mangue/Barreira Sanitária	30/04/2020	42	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba	Reserva Indígena Praia do Índio/Barreira Sanitária	30/04/2020	31	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC/Barreira Sanitária	30/04/2020	1630	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Monte Alegre	Com. de pescadores do Lago Grande e rio Maicurú	20/02/2020		Uso e preservação	Pesca predatória
Santarém	Com. Quil. Pérola do Maicá	12/02/2020	15	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santarém	Com. Quilombola Maria Valentina	12/02/2020	104	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santarém	Quilombo Bom Jardim	12/02/2020	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santarém	Com. Quilombola de Murumurutuba	12/02/2020		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santarém	T. I. Munduruku/Planalto Santareno/Barreira Sanitária	12/02/2020	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santarém	Com. Quilombola Saracura e Arapemã	12/02/2020	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Altamira, São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	13/11/2020	182	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T. I. Parakanã	14/01/2020	500	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Vitória do Xingu	T.I. Juruna do Km 17	13/11/2020	22	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Subtotal: 31			7871		
Total dos Conflitos no Campo - Pará: 288			Pessoas: 146102		